



Acesso universal à energia sob o aspecto do desenvolvimento sustentável na sociedade de consumidores¹

Agostinho Oli Koppe Pereira², Cleide Calgaro³, Murilo Grifante⁴

¹ Pesquisa realizada no âmbito do projeto “O Direito Ambiental frente à energia e ao risco de insustentabilidade ambiental na sociedade moderna Hiperconsumista” desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Metamorfose Jurídica na Universidade de Caxias do Sul

² Professor Doutor no curso de Direito da Universidade de Caxias do Sul
(agostinhokoppe@uol.com.br)

³ Professora Mestre no curso de Direito da Universidade de Caxias do Sul (ccalgaro@ucs.br)

⁴ Bacharel em Direito pela Universidade de Caxias do Sul
(murilo_grifante@hotmail.com)

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar o modo tecnocrático de distribuição energética inerente a atual sociedade de consumidores. Distribuição que centra a produção energética nas demandas tecnológicas do consumismo simbólico em detrimento do consumo material básico de muitas pessoas. Desse modo, o presente artigo tece considerações sobre o acesso à energia e a importância na democratização deste acesso para uma sociedade fundada na solidariedade energética. O estudo também se envereda no perigoso assunto do desenvolvimento sustentável, tecendo considerações sobre as armadilhas discursivas que envolvem os atuais discursos da sustentabilidade. Todas estas questões têm como plano de fundo a sociedade de consumidores, sociedade que baseia seu estilo de vida na ostentação do consumo e na construção simbólica das pseudonecessidades consumistas. Para fazer isso, utilizou-se da revisão bibliográfica de autores como Amartya Sen, Zygmunt Bauman, Rafael Lazzarotto Simioni e outros.

Palavras-chave: Acesso à Energia. Desenvolvimento Sustentável. Sociedade de Consumidores.

Área Temática: Energia.

Abstract

The present article have with objective to analyze the technocratic mode of energetic distribution inherent in the actual society of consumers. Distribution that focuses the energetic production in technologic needs of symbolic consumption at the expense of basic material consumption of many people. Thereby, the present article weaves considerations about the energy access and the importance in democratization these access to an society grounded in energy solidarity. The study also enters in the dangerous subject of sustainable development, weaving considerations about the discursive traps that involve the actual speeches of sustainability. All of these questions have with background the consumer society, society that base your life style in the ostentatious consumption and in the symbolic construction of false needs consumist. To realize it, used the bibliographic review of authors like Amartya Sen, Zygmunt Bauman, Rafael Lazzarotto Simioni and others.

Key words: Access to Energy. Sustainable Development. Consumer Society.

Theme Area: Energy



Utopia [...] ella está en el horizonte. Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos. Camino diez pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré. Para que sirve la utopia? Para eso sirve: para caminar.

Fernando Birri citado por Eduardo Galeano

1 Introdução

O discurso da atualidade muito se concentra no que tange ao tão afamado desenvolvimento sustentável. Tal não poderia ser diferente, pois juntamente com a virada de cada ano mais desastres sociais e ambientais aviltam os sentidos das pessoas. Diz-se sentidos, pois não são só os olhos daqueles que acompanham de longe que percebem a miserabilidade da atual condição humana, o estomago dos famintos também sofre e, junto com estes está o olfato de daqueles que se incomodam com o mau cheiro da hipocrisia de muitos discursos ambientalistas.

Mas não é só da hipocrisia discursiva que o presente trabalho objetiva expor, ele também propõe ver as questões energéticas sob o viés do acesso universal à energia. Acesso este que como será demonstrado deve atentar para as formas de distribuição de energia. Desse modo, utiliza-se a energia como marco cartesiano para a análise das iniquidades existentes na presente sociedade de consumidores (tema que também será abordado aqui). Esta escolha mostra sua relevância quando se chega à conclusão de que a energia é o pressuposto básico da vida tal qual a conhecemos. Isso se dá, pois até mesmo algo básico como a alimentação, por si só, já é fonte de vida para alguns e motivo de óbito para outros.

Com o acesso à energia que se estabelece o desenvolvimento econômico, mas também é com ela que se viabiliza a sobrevivência digna da humanidade. Energia é o marco da sustentação social e ambiental (pois até a energia solar é condição de sobrevivência vegetal) e por essa razão que se analisa, aqui, o acesso à energia como condição de sobrevivência/decadência da raça humana. Para tal análise, utiliza-se como referência energética o que há de mais básico para a sobrevivência biológica do homem: a alimentação (e não o famigerado Mtep – Milhões de toneladas equivalentes de petróleo). Embora pouco convencional, tal escolha objetiva alertar a forma de distribuição energética nos diferentes segmentos sociais, demonstrando a primazia das demandas tecnológicas em relação às necessidades sociais vitais.

Feito isso, o trabalho adentrará em algumas questões que envolvem o desenvolvimento sustentável, demonstrando, também, algumas armadilhas que se encontram nos argumentos que permeiam o conceito de sustentabilidade. Armadilhas estas, que como se verá, aparentam dar um caráter ecologicamente correto, mas que bem na verdade objetivam saciar os desejos incontrolláveis da sociedade de consumidores.

O presente estudo tem como pano de fundo a sociedade de consumidores, sociedade que tem como principal característica atribuir grande importância para o consumismo. Portanto, alerta-se para os vícios inerentes ao se estabelecer um conceito de desenvolvimento sustentável e de acesso democrático à energia quando se possui como base social uma cultura consumista própria da sociedade de consumidores.

2 Acesso à energia na sociedade de consumidores

Desde o ensino médio ensinam-se aos jovens que energia é a capacidade de realizar trabalho e que trabalho é o produto da força exercida por um corpo capaz de gerar deslocamento (BONJORNO, 2001, p.127-128). Todavia, a importância prática desse ensinamento, negligenciado no período escolar, evidencia que a energia se encontra cotidianamente em diversas atividades da vida e, historicamente, acompanha o



desenvolvimento social desde seus primórdios (SIMIONI, 2010, p.21). De fato, a energia gera trabalho e se manifesta no cotidiano de diversas formas, seja pela tração animal, na combustão fóssil, na energia hidrelétrica, eólica, nuclear ou, até mesmo, em algo simples como o trabalho humano de carregar um livro até a biblioteca. Todas estas manifestações de trabalho necessitam de uma fonte energética para dar vazão a tais atividades estando aqui a indispensabilidade da energia para a vida tal qual a conhecemos. Tanto a energia que dá funcionamento eficiente à tecnologia que proporciona conforto às pessoas, quanto àquela usada para a alimentação básica encontra-se disponível de forma abundantemente, mas de todo modo também de forma finita. Com isso, se olhar mais a fundo vê-se que energia não é só um produto que se comercializa em postos de combustível, é também fonte de sobrevivência humana.

Por esse viés, pode-se observar que o acesso à energia define a sobrevivência e ao mesmo tempo a decadência humana de modo que o paradigma da sustentabilidade deve priorizar esta importante questão. Tal prioridade deve atingir, principalmente, o elo mais básico da sobrevivência humana (que será descrita aqui como sendo a alimentação). Tal escolha não foi de todo modo arbitrária, pois tudo o que se construiu até o presente se iniciou com algo simples como o combate a fome. Fome que em muitas localidades do globo encontra-se tragicamente disseminada por toda uma coletividade de pessoas. E como argumenta o Nobel de economia, Amartya Sen, “o que faz dessa fome disseminada uma tragédia ainda maior é o modo como acabamos por aceitá-la e tolerá-la como parte integrante do mundo moderno, como se ela fosse um fato essencialmente inevitável (como nas tragédias gregas)” (SEN, 2010, p.246). Sob o aspecto do acesso universal à energia nota-se o quão distante os debates das políticas energéticas estão de um assunto tão básico como o são as fomes coletivas.

É típico da atual sociedade debater sobre as vantagens da extração vegetal do biocombustível sem considerar, com profundidade, as privações alimentares que isto pode gerar. Isso não se dá pela irrelevância do assunto (uma vez que as fomes coletivas continuam a ocorrer em vários países), mas pelo distanciamento dos governantes em relação aos governados. Tal alerta foi feito pelo referido economista ao afirmar que

O senso de distanciamento entre o governo e o governado – entre “nós” e “eles” – é uma característica crucial das fomes coletivas. Esse distanciamento é tão severo nas fomes coletivas contemporâneas da Etiópia, Somália e Sudão quanto foi na Irlanda e na Índia sob o domínio estrangeiro no século XIX.. (SEN, 2010, p.229)

Quanto a isso, cabe ressaltar que tal distanciamento, quando se tratam de países democráticos e de intervenções humanitárias, tem uma íntima ligação com o exercício da cidadania que, atreve-se a dizer, encontra-se perdida em meio às práticas sócias consumistas. Práticas estas entendidas no presente estudo como “o desejo de consumo exacerbado, no qual o indivíduo busca incessantemente produtos e serviços cada vez mais supérfluos” (PEREIRA; PEREIRA e CASTRO, 2010, p. 18). Assim, tanto governante quanto governado se confundem nos mesmos sujeitos o que possibilita dizer que o distanciamento dos governantes também é um distanciamento dos governados. Se os debates energéticos versam sobre o melhor modo de produção energética (muito debatido hoje sob o título de ecoeficiência) é porque não acessa aos famintos o direito à energia. Isso demonstra que os debates sobre o acesso à energia só atinge àqueles que já possuem acesso a ela, pois como argumenta Simioni e Pereira “o mercado mesmo está disposto a pagar mais pela energia destinada à alimentação da tecnologia do que pela energia destinada à alimentação de seres humanos” (PEREIRA e SIMIONI, 2010, p. 44). As esperanças tecnológicas distanciam os sujeitos das mais primárias necessidades.



Embora alarmante tal afirmação mostra-se verossímil quando observamos o fetichismo da mercadoria que envolve os desejos das pessoas pertencentes à sociedade de consumidores. Sociedade esta que nos dizeres de Bauman “promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumistas, e rejeita todas as opções culturais alternativas” (BAUMAN, 2008, p.71). A sociedade de consumidores cristaliza o plano cartesiano no sujeito consumidor, pois somente ele possui valor em um mundo guiado pela construção simbólica da realidade. Por esse viés, pode-se afirmar, juntamente com Simioni e Pereira, que “a necessidade de consumo é uma boa ilustração de que a separação entre simbólico e material é ilusória, já que ambos são, igualmente, formas de construção da realidade como sentido” (PEREIRA e SIMIONI, 2010, p. 53). Com efeito, a realidade do consumo enquanto satisfação de necessidades materiais é tão real quanto a realidade do consumo enquanto satisfação de desejos simbolicamente construídos pela sociedade de consumidores.

As praticas simbólicas do consumo que incitam os sujeitos a consumir bens e serviços altamente supérfluos possuem grande estima pelos produtores, pois mais importante do que garantir o sustento de quem precisa é garantir as demandas de quem melhor paga. Sob esse ponto de vida, o objetivo da sociedade de consumidores encontra-se no incremento da pratica do consumo. Assim, pode-se notar, juntamente com Bauman que “o segredo de toda ‘socialização’ bem-sucedida é fazer os indivíduos *desejarem realizar* o que *é necessário* para capacitar o sistema a se auto-reproduzir.” (BAUMAN, 2008, p. 90). Assim, a sociedade de consumidores é autorreproduzida nela mesma por meio do incentivo às praticas consumistas e, como é conhecido, tais praticas mostram a deficiência social em combater as privações que muitos sofrem quando o assunto é o acesso universal à energia. As praticas consumistas não visam à satisfação das demandas materiais do consumo, mas o incremento simbólico e constante de novos desejos de consumo.

Consumismo e acesso universal a energia são manifestações antagônicas, pois conforme preceitua o Conselho Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, aposto no livro “Nosso Futuro Comum”, “a energia é outra necessidade humana essencial que não pode ser universalmente atendida a menos que se alterem os padrões de consumo” (CMMAD, 1991, p. 59). Democratizar o acesso à energia é ao mesmo tempo reaver os princípios que repousam nas bases sociais tal qual a conhecemos, bases sociais que fazem do consumo sustentável um marketing incentivador de mais consumo, pois para a sociedade de consumidores o descarte é tão imediato quanto o consumo de novas mercadorias seja elas ecológicas ou não. Tal rapidez no descarte não é só atributo da obsolescência programada dos produtos, mas também nas demandas sociais de se cultivar o novo (obsolescência perceptível). No que tange a isso Gilles Lipovsky afirma que

o tempo breve da moda, seu desuso sistemático, tornam-se características inerentes à produção e ao consumo de massa. A lei é inexorável: uma firma que não cria regularmente novos modelos perde sua força de penetração no mercado e enfraquece a sua marca de qualidade numa sociedade em que a opinião espontânea dos consumidores é a de que, por natureza, o novo é superior ao antigo. (LIPOVETSKY, 1989, p. 159)

Em vista disso, percebe-se a orientação das políticas energéticas para a geração eficiente dos processos produtivos de modo a continuar produzindo bens e serviços para perpetuar os desejos simbólicos de consumo da atual sociedade. A realidade do consumo energético pode estar se dispersando na vastidão simbólica dos desejos socialmente construídos e olvidando as condições materiais de sobrevivência energética básica tal qual a alimentação. Não é por menos que Simioni e Pereira afirmam com propriedade que



A questão econômica hoje não é mais maximizar a produção de bens de consumo para vencer o fantasma da escassez. A questão aponta para uma otimização entre maximização e eficiência energético-tecnológica em todos os processos produtivos. Do ponto de vista do mercado de consumo, os preços dessa eficiência podem tornar mais restrita a participação de indivíduos nesse campo simbólico do assim chamado consumo sustentável. (PEREIRA e SIMIONI, 2010, p. 51)

Considerando o que foi posto ao tratar do acesso à energia, imprescindível se faz uma mudança no modo de observar o consumo de modo a priorizar o acesso à energia para aqueles que demandam condições materiais de sobrevivência ao invés de preterir-los pelas demandas tecnológicas que visam tão somente satisfazer o consumo simbolicamente criado de alta lucratividade mercadológica. Quanto a isso, não há dúvida de que “uma tecnologia mal empregada pode marginalizar amplos segmentos da população” (CMMAD, 1991, p. 47). Portanto, ao tratar do acesso a energia importa compreender as formas nas quais se consolida o tão afamado desenvolvimento sustentável nos atuais padrões de consumo para só então reprogramar a forma de distribuição energética e, assim, democratizar o acesso à energia.

3 O desenvolvimento sustentável na atual sociedade de consumidores

Sem sombra de dúvida o tema mais debatido no século passado e ainda motivo de muita discussão no presente século trata do objetivo magno de se alcançar a sustentabilidade sem abrir mão do desenvolvimento (e vice-versa). Este objetivo apõe uma enorme quantidade de problemas antigos e novos que necessitam ser resolvidos tempestivamente sob pena de abreviar a existência da vida tal qual vivenciamos. O presente dá mostras de que os problemas que envolvem a atualidade manifestam diversas questões a serem resolvidas. Conforme pondera Leff, “a degradação ambiental, o risco do colapso ecológico e o avanço da desigualdade e da pobreza são sinais eloquentes da crise do mundo globalizado. A sustentabilidade é o signifiante de uma falha fundamental na história da humanidade” (LEFF, 2001, p. 09). História esta marcada por diversos problemas ainda não resolvidos que infelizmente aditam-se às novas preocupações ambientais. Assim, tanto as questões que envolvem problemas econômico-sociais quanto as questões ecológicas são avaliadas segundo a sustentabilidade.

Dessa forma, para tentar sanar as necessidades das presentes e futuras gerações o secretário-geral das Nações Unidas solicitou a criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) no ano de 1984 (LEFF, 2001, p. 19). Dessa comissão foi publicado um documento chamado Nosso Futuro Comum, também conhecido como Informe Brundtland, que entre outras coisas definiu o conceito de desenvolvimento sustentável. Para este documento “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46). O problema de se conceituar desenvolvimento sustentável está na grande divergência de entendimento do que compõe o desenvolvimento e o que sintetiza a sustentabilidade.

Embora não seja o tema central do presente artigo, uma ideia considerável sobre desenvolvimento pode ser lido no livro “Desenvolvimento como liberdade” de Amartya Sen que entende o desenvolvimento

como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Nesta abordagem, a expansão da liberdade é considerada (1) *o fim primordial* e (2) *o principal meio* do desenvolvimento. Podemos chamá-los, respectivamente, o “papel constitutivo” e o “papel instrumental” da liberdade no desenvolvimento. O papel constitutivo relaciona-se à importância das liberdades substantivas no enriquecimento da vida humana. As liberdades substantivas incluem capacidades elementares como por exemplo ter condições de evitar privações como a fome, a



subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdades de expressão etc. (...) O papel instrumental da liberdade concerne ao modo como diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitamentos [*entitlements*] contribuem para a expansão da liberdade humana em geral e, assim, para a promoção do desenvolvimento. (SEN, 2010, p. 55-57)

Por esse viés as liberdades procuradas pelo processo de desenvolvimento também deve estar presente no próprio processo do desenvolvimento. Liberdades que não se confundem com desejos consumistas, mas como um acesso real de liberdades substanciais que os sujeitos possuem razão para valorizar (SEN, 2010, p. 20). Expandir liberdades é, sob o viés do presente estudo, democratizar o acesso à energia e investir em demandas energéticas básicas como àquelas necessárias para a satisfação de necessidades materiais de consumo (tal como alimentação, vestuário, saneamento básico, etc.). Necessário se faz abstrair o conceito tecnológico das quinquilharias que rodeiam a atual sociedade de consumidores que, possivelmente, produz mais energia para a fabricação de celulares do que para o plantio e distribuição de viveres.

No que tange ao entendimento de sustentabilidade esta apresenta diversos enfoques, pois como argumenta Juarez Freitas “*a pluridimensionalidade remete às várias facetas da sustentabilidade* (para além do consagrado tripé social, ambiental e econômico)” (FREITAS, 2011, p. 54). Pensar a sustentabilidade sob esse enfoque possibilita ao sujeito ver a pluralidade de dimensões que a sustentabilidade possui. Pluralidade esta que reflete nas dimensões social, ética, ambiental, econômica e jurídico-político; sendo o entrelaçamento entre duas dimensões o meio hábil para alcançar uma dialética da sustentabilidade (FREITAS, 2011, p. 65).

A importância dada às diversas dimensões da sustentabilidade tem por fim evitar a utilização deste princípio como meio simbólico apto para legitimar procedimentos econômicos desleais para com a sociedade economicamente mais frágil. Isso porque é muito comum ver que “o discurso da sustentabilidade monta um simulacro que, ao negar os limites do crescimento, acelera a corrida desenfreada do processo econômico para a morte entrópica.” (LEFF, 2001, p. 23). Aqui se encontra o pretexto das novas políticas energéticas, isso porque uma fonte energética capaz de satisfazer as demandas produtivas da sociedade de consumidores é ainda melhor vista quando amparada pela sustentabilidade, pois lhe agrega valor. É evidente que a mina de ouro da exploração capitalista está em tudo o que possa agregar valor, pois o que seduz o consumidor é o alvo da exploração simbólica do consumo. Assim, as fontes culturais que os indivíduos valorizam podem ser, e na maioria das vezes são, construídas pelo simbolismo do consumo. da mesma forma tal cultura também se torna objeto de consumo em uma bola de neve que alimenta-se a si mesma. A esse respeito, interessante é a crítica feita por Bauman ao preceituar que “se o mundo habitado por consumidores se transformou num grande magazine onde se vende ‘tudo aquilo de que você precisa e com que pode sonhar’, a cultura parece ter se transformado atualmente em mais um de seus departamentos” (BAUMAN e MAY, 2010, p. 36). E como a sustentabilidade está galgando grande espaço no atual campo cultural, deve-se atentar para as armadilhas que podem se revelar quando o discurso das políticas energéticas se mostra muito preocupado com as questões ecológicas.

De fato, o discurso da sustentabilidade apresenta diversas armadilhas, cuja principal delas é renovar o conceito de consumismo sob novas formas de modo a encobrir o cálculo voraz da economia capitalista. A esse respeito, razão assiste a Enrique Leff ao argumentar que

o discurso dominante da sustentabilidade promove um crescimento econômico sustentável, eludindo as condições ecológicas e termodinâmicas que estabelecem limites e condições à apropriação e transformação capitalista da natureza. Neste



sentido, procura-se incorporar a natureza ao capital mediante uma dupla operação: por um lado, tenta-se internalizar os custos ambientais do progresso; além disso, instrumentaliza-se uma operação simbólica – um “cálculo de significação” (Baudillard, 1974) – que recodifica o homem, a cultura e a natureza como formas aparentes de uma mesma essência: o capital. (LEFF, 2001, p. 22-23)

Portanto, estabelecer o desenvolvimento sustentável nos termos já explanados requer um grande cuidado quando a base cultural que o embala está sob a égide do consumismo simbólico da sociedade de consumidores. Expandir liberdades que os agentes possuem razão para valorizar (SEN, 2010, p.20) quando as necessidades são constantemente construídas sob novos produtos é tornar impraticável a sustentabilidade do desenvolvimento. Nesse sentido, torna-se insuficiente a abordagem desenvolvimentista sem o importante viés da sustentabilidade, mas quando esta se mostra presente imprescindível atender-se a forma como a energia é empregada. Pois somente assim pode-se observar com clareza os incluídos e os excluídos do acesso à energia de modo estabelecer políticas públicas para a inclusão energética básica ao invés de negligenciá-la sob o pretexto fantasioso de desenvolvimento das novas tecnologias.

4 Considerações Finais

O desenvolvimento sustentável em todos os seus aspectos é um objetivo a ser globalmente aceito e perseguido. Todavia, pensar a sustentabilidade nos moldes da atual sociedade de consumidores, sociedade esta em que o objetivo é ser aceito tão somente pela condição de consumidor, é utilizar a nobreza de tal instituto para acentuar as vaidades dos consumidores consumistas. Pois, o que há de melhor para um consumidor vaidoso do que o rótulo de ecologicamente correto. E como se sabe tal rótulo pode constituir um motivo para o mercado econômico agregar valor à produção ecologicamente correta, fazendo da sustentabilidade ecológica um critério de exclusão social. Torna-se possível isso no momento em que a energia é pensada com a intenção de priorizar a viabilidade tecnológica, cujo argumento pode constituir-se em democratização do consumo sustentável, mas desde já paga com a vida de muitos que morrem por inanição ou subnutrição em muitos Países Africanos. Isso implica dizer que se inicialmente o processo de distribuição energética já mostra deficiência na supressão de demandas energéticas básicas, com o incremento energético para produção de novas tecnologias a exclusão energética poderá se agravar ainda mais.

A importância que a energia representa no cálculo da sustentabilidade está em equacionar os esforços empregados para sanar os problemas envoltos nas privações que o próprio acesso à energia gera. A energia inclui e exclui ao mesmo tempo. Desse modo, idealizar a sustentabilidade energética é pensar nos objetivos expansionistas das demandas materiais de consumo, ignorando as demandas simbólicas que na maioria das vezes utiliza da própria sustentabilidade para se tornar mais vendável.

O desafio é privar a sociedade da própria cultura consumista (que ostenta vaidade em tudo que consome) e estabelecer novas bases culturais de consumo que valorizem a solidariedade energética, o consumo material sustentável e a expansão das liberdades que os agentes possuem razão para valorizar. O comprometimento com as necessidades das futuras gerações começa com o comprometimento em sanar as necessidades materiais da presente geração, pois o presente é o único momento que dispomos para agir e conseqüentemente o momento da mudança.

Os argumentos tecidos podem se mostrar utópicos, mas trilhar uma realidade ambientalmente correta, nos atuais padrões de consumo, também parece ser, da mesma forma que muitos dos luxos que a atual sociedade possui sequer foram pensados há 60 anos atrás. Por isso a utopia não nos impede de seguir o caminho que desejamos para um futuro



energeticamente sustentável. E como se afirmou, o presente é o único momento disponível para gerar a mudança dos desejos consumistas para uma solidariedade energética de produção de consumo materialmente útil, o que, por si só, satisfaria os anseios do desenvolvimento sustentável.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias. Trad. por Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____, Zygmunt; MAY, Tim. Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos. Trad. por Eliana Aguar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BONJORNO, Regina Azenha. Física completa: volume único; ensino médio. 2ª ed. São Paulo: FTD, 2001.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD. Nosso futuro comum. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

FREITAS, Juarez. Sustentabilidade: direito ao futuro. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Trad. por Lúcia Mathilde Endlich Orth. 3ª ed. rev. aument. Petrópolis: Vozes, 2001.

LIPOVETSKY, Gilles. O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas. Trad. por Maria Lucia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

PEREIRA, Agostinho O. K.; PEREIRA, Mariana M. K.; CASTRO, Morgana F. M. de. Energia, sustentabilidade e consumismo frente à globalização. In: PEREIRA, Agostinho O. K.; HORN, Luiz Fernando Del Rio. Relações de consumo: globalização. Caxias do Sul: Educs, 2010.

_____, Agostinho Oli Koppe Pereira; SIMIONI, Rafael Lazzarotto. Da maximização à eficiência: o sentido de consumo na semântica econômica moderna. In: PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; Horn, Luiz Fernando Del Rio. Relações de consumo: consumismo. Caxias do Sul: Educs, 2010.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Trad. por Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIMIONI, Rafael Lazzarotto. Direito, energia e tecnologia: a reconstrução da diferença entre energia e tecnologia na forma da comunicação jurídica. Curitiba: Juruá, 2010.

Texto escrito conforme o Acordo Ortográfico - convertido pelo Lince.